



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 6, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 6 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE. MESTRADO PROFISSIONAL

Editores responsáveis: Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.06.09>

Recebido em: **03/08/2020**

Aprovado em: **04/08/2020**

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE; SCHOOL EVASION IN THE EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS OF A PUBLIC SCHOOL IN THE STATE OF SERGIPE; EVASIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN DE JUVENTUD Y ADULTOS DE UNA ESCUELA PÚBLICA EN EL ESTADO DE SERGIPE

SUELY CRISTINA SILVA SOUZA

<https://orcid.org/0000-0003-1198-698X>

SANDRA ANDRÉA SOUZA RODRIGUES

<https://orcid.org/0000-0002-8135-2301>

HANDRESHA DA ROCHA SANTOS

[0000-0002-7922-399X](https://orcid.org/0000-0002-7922-399X)

RESUMO

O artigo analisa os motivos que promovem a evasão escolar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos, em uma escola pública do estado de Sergipe. Para tanto, visa especificamente descrever o histórico da EJA no Brasil, compreender suas contribuições educacionais por meio das leis e documentos que determinam os direitos e deveres dos sujeitos envolvidos, assim como averiguar o desenvolvimento dessa modalidade de ensino no interior da unidade escolar. O trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, cuja aplicação de questionário trouxe respostas às indagações para entender os fatores que levavam os alunos a evadirem a escola. Os estudantes afirmaram que escolheram o curso porque trabalhavam no período diurno e promovia também o desinteresse de estudar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ensino. Evasão Escolar.

ABSTRACT

The article analyzes the reasons that promote school dropout in Youth and Adult Education classes, in a public school in the state of Sergipe. To this end, it specifically aims to describe the history of EJA in Brazil, to understand their educational contributions through laws and documents that determine the rights and duties of the subjects involved, as well as to investigate the development of this type of teaching within the school unit. The work is the result of bibliographic, documentary and field research, whose application of a questionnaire brought answers to the questions to understand the factors that led students to drop out of school. The students stated that they chose the course because they worked during the day and also promoted the lack of interest in studying.

Keywords: Youth and Adult Education. Teaching. School dropout.

CURRÍCULUM

El artículo analiza las razones que promueven el abandono escolar en las clases de Educación de Jóvenes y Adultos, en una escuela pública en el estado de Sergipe. Con este fin, tiene como objetivo específico describir la historia de EJA en Brasil, comprender sus contribuciones educativas a través de leyes y documentos que determinan los derechos y deberes de las asignaturas involucradas, así como investigar el desarrollo de este tipo de enseñanza dentro de la unidad escolar. El trabajo es el resultado de una investigación bibliográfica, documental y de campo, cuya aplicación de un cuestionario trajo respuestas a las preguntas para comprender los factores que llevaron a los estudiantes a abandonar la escuela. Los estudiantes declararon que eligieron el curso porque trabajaron durante el día y también promovieron la falta de interés en estudiar.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Enseñando. Abandono de escuela.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira sofre diariamente com os diversos problemas encontrados no âmbito escolar, que apesar de não ser um assunto novo, muitas vezes, permanecem sem solução, afetando na aprendizagem e desinteresse dos alunos. Dentre esses dilemas, uma causa muito visível é a evasão escolar, que merece atenção para que medidas cabíveis sejam tomadas e solucionadas.

Podemos definir a evasão escolar como a saída do aluno da escola, onde o mesmo começa a faltar um dia, em seguida uma semana e continuando assim, deixa de frequentar a aula, o que acaba reprovando-o e até mesmo resultando em desistência. Algumas dessas desistências são por motivos financeiros, onde o aluno precisa ir em busca de trabalho para sua sobrevivência e como não pode conciliar trabalho e estudo se ver na necessidade de abandonar a escola.

A questão da evasão é também um fator que ocorre em escolas de diferentes níveis na rede pública de ensino, tendo influências quanto aos aspectos econômicos e sociais, sendo visível várias causas e consequências que decorrem a essa problemática. Dessa maneira, deve-se repensar os ideais da escola pública, onde a mesma tem o papel de receber o aluno e ser agente de transformação social, além de possibilitar seu ingresso no mercado de trabalho.

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) veio para ajudar as pessoas que, por algum motivo, não concluiu o Ensino Fundamental ou Médio na idade certa. A mesma proporciona recuperar o tempo perdido, estudando e adquirindo novos conhecimentos para obter um certificado de conclusão exigido para entrar no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, a justificativa da escolha desse tema surgiu no decorrer do curso de Pedagogia, nas aulas da disciplina Educação de Jovens e Adultos, que agregou novos conhecimentos a respeito da área, pois além da teoria podemos vivenciar na prática o contato direto com alunos dessa modalidade de ensino, havendo prontamente uma identificação pessoal com esse público. Também ocorreu na inquietação de perceber a existência de inúmeros casos de alunos evasivos em diferentes escolas, tanto na rede municipal quanto na estadual, em diferentes regiões.

Diante tais inquietações, debruçou-se em investigações e coleta de dados pertinentes tentando responder alguns questionamentos por meio de diferentes concepções para explicar as causas que levam os educandos a evadirem. Sendo assim, o presente trabalho tem a seguinte problemática: Por que ocorre elevado índice de evasão nas turmas da EJA? Para tanto, as análises foram pautadas em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que depois de leituras do material encontrado sobre a temática fomos a campo localizar respostas para nossa indagação e por meio delas entender os fatores que levam muitos jovens e adultos a invadirem a escola.

O objetivo geral do trabalho é analisar os motivos que promovem a evasão escolar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública do estado de Sergipe. A pesquisa está estruturada em cinco seções, onde cada uma aborda determinado assunto. A primeira refere-se a um texto introdutório. A segunda seção descreve um breve histórico da EJA no Brasil para contextualizar o surgimento desta modalidade de ensino.

A terceira seção pretende entender quais as contribuições educacionais na EJA por meio das leis e documentos que determinam os direitos e os deveres dos sujeitos envolvidos. A quarta seção verifica os índices e os motivos da evasão das aulas da EJA, a partir da observação e aplicação de questionário na escola pesquisada para coletar dados e realizar análises do material, organizá-los e apresentar os resultados através de gráficos. Por fim, as considerações finais que analisam e validam os resultados.

A importância da disciplina EJA na grade do curso de Pedagogia permite a formação desta modalidade de ensino, possibilitando conhecer outras práticas e a atuação do pedagogo no desenvolvimento a partir das necessidades da sociedade. Assim, é perceptível observar mudanças significativas, mesmo que elas não sejam rápidas, mas justificam uma percepção melhor a respeito desse profissional em formação. Pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir exigências formativas para todo e qualquer professor.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A História da Educação no Brasil é um processo amplo, quando analisamos seu desenvolvimento desde o princípio, em 1549, até os dias atuais. É possível notar constantes mudanças ocorridas ao longo dos anos. As práticas pedagógicas iniciaram com a vinda da Companhia Missionária de Jesus, na qual tinha a missão de propagar a fé e educar os indígenas.

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional”¹. A Companhia Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas (STRELHOW, 2010).

Apesar do fato de a Educação de Jovens e Adultos estar presente desde o início da colonização do nosso país, nos tempos dos Jesuítas até o ano de 1759 com as escolas pombalinas, os dois movimentos educacionais não obtiveram sucesso com esta modalidade de ensino. A primeira priorizava a catequização dos índios e, posteriormente, dos negros. A outra priorizava o ensino de aceitação e submissão à autoridade de Portugal.

A educação jesuítica não mais convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal, com seus conhecidos motivos e atos na tentativa de modernização de Portugal, que chegariam também as suas colônias. Assim sendo, as escolas da Companhia de Jesus que tinham por objetivo servir aos interesses da fé não atendiam aos anseios de Pombal em organizar a escola para servir aos interesses do Estado (SECO; AMARAL, 2014, p. 1).

Sobre a educação jesuítica Neto e Maciel (2008) consideram que, o ensino ministrado era condizente com a realidade da época e correspondia aos interesses da igreja católica, da coroa portuguesa e da sociedade instaurada durante o período colonial.

A Companhia de Jesus foi fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a reforma protestante, [...]. Seu objetivo era

tentar sustar o grande avanço protestante da época, e para isso utilizou-se de duas estratégias: por meio da educação dos homens e dos índios; e por intermédio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (NETO; MACIEL, 2008, p. 172.)

No ano de 1934 com a promulgação da Constituição, a educação aparece como direito universal e obrigação do Estado e extensível aos adultos, mas tratava-se apenas da educação primária. Em 1937, com o golpe militar, houve um retrocesso com a promulgação de uma nova constituição que desobrigava o estado quanto à educação pública e gratuita. A nova constituição enfatizou o ensino pré-vocacional e o ensino profissional, pois havia necessidade de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Negando em parte a orientação positivista, propôs que a ciência fosse livre para a iniciativa privada, mas apenas opcional para o Estado.

No chamado Estado Novo é criado um projeto para a educação voltada para os adultos e jovens, tendo a finalidade clara de instruir e capacitar para o trabalho nas grandes empresas que se instalaram no país durante esse período. Cabe dizer que, o Estado Novo foi a terceira e última fase da Era Vargas entre os anos de 1937 e 1945, sucedendo as fases do Governo Provisório e do Governo Constitucional. Sua característica principal era o fato de ter sido propriamente um regime ditatorial inspirado no modelo nazifascista europeu, em voga na época (HILSDORF, 2003).

Mesmo não sendo claramente uma campanha por uma educação democrática e igual para todos, tal momento representou o primeiro passo para a universalização da educação (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No Brasil, a primeira iniciativa pública, visando especificamente o atendimento do segmento de adolescentes e adultos, ocorreu em 1947 com o lançamento da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), iniciativa do Ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 1286).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma trajetória que perpassa por diversas transformações. As palavras de Nascimento (2013), ressaltam que a Educação de Jovens e Adultos surgiu como uma alternativa de mão de obra qualificada, onde tinha o intuito apenas do trabalho manual. Como não tinha nenhuma oferta de educação, então surgiu a proposição do educador Paulo Freire, a qual formava cidadãos críticos por meio do desenvolvimento de diversos programas da EJA, os quais não eram valorizados pelo governo da época.

Os autores Moura e Serra (2014), destacam que Freire tinha como concepções metodológicas o respeito ao educando, o diálogo e o desenvolvimento da criticidade, tendo como fundamento de sua pedagogia dois princípios essenciais: a politicidade e a dialogicidade. Sua ideia inicial compreendia uma educação que não fosse neutra, pois a mesma quando vista sobre as dimensões da ação e da reflexão tinha como pressuposto a atuação do homem sobre tal realidade. O princípio da politicidade idealiza como problematizadora a educação, que através do diálogo idealizava a transformação através do pensamento crítico.

O início da educação brasileira foi marcado por diversos acontecimentos, onde Beisiegel (2004) explica que era destinada as crianças, embora as pesquisas apontassem a vasta quantidade de adolescentes e adultos iletrados, pois não existia uma política de educação escolar que garantisse o direito e a oportunidade de educação a essa massa. As poucas iniciativas não chegavam a abranger todos, tornando-se desiguais nas diferentes regiões.

Há registros de que as primeiras políticas públicas, as quais incluem esse grupo aconteceram somente nos últimos anos do Estado Novo. Em agosto de 1945, o Decreto n.º 19.513 proporcionou a educação aos analfabetos ou pouco escolarizados. Para tanto, regulamentou-se as primeiras verbas para essa modalidade por meio do auxílio federal do Fundo Nacional de Ensino Primário, ou seja, um plano de ensino supletivo que foi aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde.

Alguns trabalhos de empreendimento foram criados, entre eles a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, cuja iniciativa foi concebida, orientada e coordenada pelo professor Manoel Bergstrom Lourenço Filho, principal responsável pela criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), o seu primeiro diretor. Esta Campanha tinha objetivos ambiciosos a longo prazo, pois propunha estender o ensino primário a todos os adolescentes e adultos que não o haviam frequentado na idade própria (BEISIEGEL, 2004).

Nas palavras de Costa e Araújo (2011), uma das primeiras maneiras de promover a Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi uma ação desenvolvida pelo governo, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. Foi organizada uma ampla estrutura administrativa apta a mobilizar nos estados da federação recursos administrativos, financeiros, pedagógicos e doutrinários. A União teve um forte papel indutor, cabendo às unidades federadas a contratação de docentes, instalação das classes, matrícula dos alunos e supervisão das atividades desenvolvidas (COSTA; ARAUJO, 2011, p. 11).

Ao passar do tempo foram surgindo outras maneiras de educar esse público, entre elas o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a finalidade de promover uma educação continuada. A respeito desse projeto, Rybczynski (2014) diz que o mesmo foi desenvolvido pelo governo militar brasileiro por meio da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, o qual tinha o objetivo de proporcionar a alfabetização funcional das pessoas que abandonaram a escola, oportunizando aprender a ler, escrever e calcular como um meio de integrá-la a sua comunidade e permitindo melhores condições de vida na sociedade.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional Lei 5692/71 o Ensino Supletivo organizou-se em termos de cursos e exames. [...] De início, o ensino supletivo foi anunciado como algo temporário, para aqueles que tinham a necessidade de provar escolaridade no trabalho, mas logo depois, tornou-se um meio de ensino necessário por razão da crescente procura. Com a Nova República, em 1985, o Mobral foi extinto e em seu lugar foi criada a Fundação Educar atuando em conjunto com os municípios. A mesma deixou de lado a realização dos programas, mas passou a apoiar de forma técnica e financeira os já existentes. A Fundação Educar visava a ação de programas de alfabetização e de educação básica para o adulto, seu atendimento dava preferência aos lugares com maior número de jovens e adultos analfabetos. (MOURA; SERRA, 2014)

No ano de 1996 promulgou a mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro,

com o N° 9394/96. Também conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem a este importante educador e político brasileiro, que foi um dos seus principais formuladores. Composta por 92 artigos que abordam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o Ensino Infantil até o Ensino Superior, além de criar o ensino Supletivo como um direito à educação dos jovens e adultos.

Entre outras iniciativas da LDB destacam-se os programas Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) pelo Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, Plano Nacional de Qualificação (PNQ) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem (PROFAE) pelo Ministério da Saúde, Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão pelo Ministério da Defesa (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Ao decorrer dos anos foram feitas diversas modificações nesses sistemas de ensino, foram surgindo novas maneiras de oportunizar a quem por algum motivo não concluiu o ensino fundamental e médio. Em decorrências de tais situações foram criadas algumas legislações para assegurar os direitos e deveres dos alunos, as quais visam garantir a oportunidade de continuar estudando, mesmo para aqueles que tenham abandonado a escola há alguns anos.

3 CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Existem algumas leis que garantem o direito a educação para todos, proporcionando-os a possibilidade de continuar estudando. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi criada para garantir esses direitos. Podemos identificar no Art. 37, a preocupação em garantir a educação de jovens e adultos para aqueles que não tiveram a oportunidade de ter acesso ou continuidade dos estudos na idade própria. Ainda, o § 1º deste mesmo artigo, afirma que os sistemas de ensino asseguram gratuitamente a essas pessoas oportunidades educacionais apropriadas, sendo consideradas as características do alunado (BRASIL, 2017).

Como podemos observar essa lei surgiu para assegurar os direitos e deveres dos jovens e adultos quanto à educação. Diante disso, é preciso conhecer todos os fatores que estão interligados nesse contexto, onde alguns dos alunos dessa modalidade voltam a sala de aula muitos anos depois. O primeiro contato poderá surpreendê-lo por ser um ambiente desconhecido até então, pois o mesmo passou algum tempo afastado e como a sociedade vai se modificando ao decorrer do tempo, várias mudanças são inseridas como as disciplinas, avaliações, metodologia do professor. Então, são diversos os fatores que causam esse “impacto”, mas que podem ser superados e assim acostumar-se.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, as obrigações o Estado para com a EJA tornou-se maior. No seu Art. 208, inciso I, discorre sobre o acesso ao Ensino Fundamental gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. No ano de 1990 a Fundação Educar foi extinta e o governo federal afastou-se desse campo, encarregando aos municípios dar continuidade a esse atendimento. Cabe dizer que, no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação definiu a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, determinando também o atendimento a esse público segundo seus interesses e necessidades e possibilitando uma formação diferente do trabalho com crianças (BRASIL, 1998).

No Art. 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu § 2º, o poder público viabilizou e estimulou o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e

complementares entre si. No seu § 3º, a educação de jovens e adultos se articulou, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento, o que possibilitou a esse público a continuidade dos estudos (BRASIL, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ainda, enfatiza os demais direitos apresentados as pessoas no Art. 38, afirmando que os sistemas de ensino mantiveram cursos e exames supletivos, compreendidos a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. No § 1º deste mesmo artigo, apresenta que os exames seriam realizados com a conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de 15 anos e depois da conclusão do Ensino Médio, para os maiores de 18 anos. Discorre também, no § 2º, que os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais eram aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 2017).

Para implementar as determinações legais para a Educação de Jovens e Adultos, em 10 de maio de 2000 foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 9º, § 1º, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB 11/2000, homologado pelo Ministro da Educação no dia 7 de junho de 2000.

Art. 4º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio estabelecidas e vigentes na Resolução CNE/CEB 3/98, se estendem para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no ensino médio. E ainda no Art. 5º Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino. Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2000).

As diretrizes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos têm suas características próprias, as quais são determinadas pelo contexto, especificidades do aluno, faixa etária, os valores quanto ao seu processo de formação, entre outros quesitos que estão interligados com a definição de um modelo

pedagógico específico para essa modalidade de ensino. Com foco a adequação a esse público, mas também que permita propiciar os mesmos conhecimentos e conteúdos programáticos como na educação básica.

Compreende-se então que o ensino não tem sentido se tiver distante da realidade do aluno, se desprezar tudo que o discente acredita e conhece, tudo que aprendeu ao longo da vida. Pois, é esse conhecimento que serve de base para os novos conhecimentos, os quais, no processo de construção, atribuirá sentido. Para que isso aconteça, o aluno precisa descobrir gradativamente como construir seus conhecimentos, como aprender de forma significativa, como construir novos saberes sobre os que já detêm. E essa construção não se dá de forma solitária, é um processo conjunto, compartilhado entre professores e alunos. Se constrói pela troca, pelo diálogo, pela interação (SANTOS, et al, 2016)

A forma como o docente ensina ao seu alunado pode permitir que eles conquistem sua autonomia de pensamentos, sabendo como resolver determinadas situações, adquirindo novos conhecimentos para agir em diferentes âmbitos. No entanto, acredita-se que os professores que estejam preparados, com habilidades e conhecimentos diversos, e que incluam diversas disciplinas, usando a interdisciplinaridade para proporcionar as mais diferentes situações as quais incentivem na aprendizagem dos mesmos.

Diante este cenário, é perceptível observar mudanças significativas nessa modalidade, mesmo que elas não sejam rápidas, mas justificam uma percepção melhor a respeito desse profissional em formação. Pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor.

O cenário que se inscreve o debate sobre a necessidade de formação inicial dos docentes para uma atuação profissional na EJA, se relaciona diretamente a questão mais ampla do reconhecimento dessa modalidade de ensino como direito dos que não tiveram assegurado o acesso à educação ou a garantia de condições de permanência na escola, ou seja, a negação do direito à educação. Portanto, está inscrita no contexto histórico-social macro em que foi produzido de negação de outros direitos, que marcou e ainda marca em pleno século XXI a vida da maioria da população brasileira (VENTURA; CARVALHO, 2013, p. 24)

Ainda, na concepção de Almeida e Corso (2015), o Parecer do Conselho Nacional de Educação afirma que a EJA expressa a concepção de resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, quando se preservou tangivelmente uma educação que fortaleceu a desigualdade social. A heterogeneidade peculiar a esta modalidade de ensino faz com que o espaço do diverso seja repleto de riqueza social e cultural. Há aspectos que fazem desses estudantes seres ímpares que, por meio de suas histórias de vida, de suas memórias e representações, preenchem o cotidiano da Educação de Jovens e Adultos e, por sua vez, precisam ser preenchidos por “escolas” e outros espaços que entendam as suas particularidades.

4 EVASÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Diante de toda discussão, se faz necessário entender a importância da Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino amparada pela Lei, voltada para pessoas que não tiveram acesso à escola na idade correta, por variantes os motivos, mas que para serem incluídas no mercado de trabalho devem possuir formação escolar.

Essa modalidade tem como objetivo oportunizar aos jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, apenadas e jovens em conflito com a lei, fora da faixa etária da escolaridade regular a conclusão e continuidade de estudos. Essa ainda visa oferecer a todos esses acima citados, oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio à educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e profissional de qualidade (SILVA, 2015, p. 26).

A instituição de ensino onde realizou-se a pesquisa de campo foi em uma escola da rede pública estadual, localizada em Sergipe. A escola funciona no período diurno, ministrava aulas para o 1º ao 5º ano e no turno o noturno ofertava a EJA para o Ensino Médio. A mesma era composta por cinco salas, uma secretaria, dois banheiros e uma cantina. A escolha pela instituição nessa investigação ocorreu devido a facilidade de acesso.

A turma do EJA investigada foi a da 3ª etapa, pois era a turma com maior quantitativo de alunos. O professor da turma possuía graduação em Ciências Biológicas e estava lecionando na EJA pela primeira vez. Nessa turma foram matriculados 39 alunos, havendo sete desistentes e um aprovado pelo Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Participaram da pesquisa 20 alunos, sendo 10 homens e 10 mulheres. Suas profissões eram de donas de casa, agricultores, motorista e sapateiro, o que justificava ser o horário da noite conveniente para estudar, ou seja, acabava sendo a opção mais acessível com seu tempo livre.

Como dito, no trabalho utilizou-se de pesquisa de campo por ser “[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169). No entanto, partimos da problemática e da revisão bibliográfica para realizar a coleta de dados por meio de aplicação de questionários, que segundo os mesmos autores, é uma técnica que possibilita a aplicação conjunta para um grande número de voluntários, sendo assim sem precisar fazer identificação dos mesmos.

O questionário era composto por seis questões, sendo quatro objetivas e duas subjetivas, sendo: Por que você escolheu a modalidade que está agora? a) Pelas oportunidades no mercado de trabalho; b) Influência dos pais, professores e amigos; c) Gosta da modalidade; d) Outro motivo. Qual? Pensa em abandonar essa modalidade? A escolha do curso é porque você exerce uma atividade remunerada (trabalho)? Sim ou Não. Você gosta da metodologia do (s) professor (s)? Sim ou não, Por que? Quais os motivos que podem fazer você abandonar o curso? Quais os motivos que promovem o abandono do curso pelos outros alunos?

Diante tais questionamentos, tivemos como finalidade analisar quais os motivos que levavam os alunos a evadirem da EJA, da instituição supracitada, procurando compreendê-los por meio das experiências pessoais vivenciadas no cotidiano escolar. Cabe dizer que, os alunos tiveram livre escolha em se disponibilizar para responder as perguntas. Para entender melhor os resultados, iremos utilizar cálculos percentuais para representar a quantidade de participantes que responderam ao questionário aplicado.

A questão 1: “Por que você escolheu a modalidade que está agora?”, onde 55% dos participantes

responderam a alternativa A, “Pelas oportunidades no mercado de trabalho”, 5% marcaram a alternativa B “Influência dos pais, professores e amigos”, a alternativa C “Gosta da modalidade” correspondeu a 10% dos entrevistados e na D 30%, assinalou como outro motivo pela escolha do curso.

Obtivemos como dados adicionais da primeira questão as seguintes respostas sobre a escolha da modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Aluno 1: “Por que por motivos pessoais precisei deixar os estudos e fiquei em atraso, contrato pela prefeitura”. Aluno 2: “[...] a oportunidade de entrar no meio do ano quando termino meu trabalho no período de inverno. Aluno 3: “Pretendo seguir estudando” e Aluno 4: “Falta de oportunidade”.

Podemos perceber por meio dessas assertivas, que o principal motivo que levava esses alunos a estarem nessa modalidade era pela oportunidade de trabalho, pois aqueles que trabalhavam durante o dia não tinham tempo livre para estar na escola a não ser a noite. O texto de Farias (2017), defende a ideia do aluno que exerce alguma atividade remunerada no período diurno.

O aspecto do aluno trabalhador que chega às vezes tarde na escola, cansado e com sono e querem sair mais cedo, isso quando eles vêm para a aula. Eles acham que não são capazes de acompanhar os programas ou que o programa não traz a realidade para o seu cotidiano, são vários os motivos para evadirem. O aluno trabalhar defende o prazer de aprender, e lamento faltarem, eles desistem porque precisam trabalhar. O trabalho é mais importante, é uma necessidade para o que precisam, há uma questão difícil de resolver, ou consistir em combinar escola e trabalho. Essa combinação também é problema do ponto de vista do docente, da grade curricular, da própria gestão da escola, causando desconforto para esses jovens e adultos que estudam no horário da noite. O não reconhecimento da heterogeneidade no aluno da EJA contribui para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las. (FARIAS, 2017)

A segunda questão perguntou aos participantes: “Pensa em abandonar a modalidade?”. Como resposta, 90% dos alunos não pensavam em deixar de estudar, enquanto os outros 10% pensavam em sair da escola desistindo do curso. Os demais que tinham a intenção em desistir não especificaram o motivo.

A terceira questão, “A escolha do curso é porque você exerce uma atividade remunerada (trabalho)?”, onde percebemos que 75% dos alunos trabalhavam e enquanto os outros 25% não desenvolviam nenhum tipo de atividade remunerada. Nas palavras de Moraes (2017), o “[...] fator de desmotivação são os constantes atrasos nas aulas e faltas, decorrentes da retenção do trabalhador no posto de trabalho, para além da jornada de trabalho, da rotatividade dos turnos de trabalho, colocando o jovem e o adulto em condições muito difíceis para conciliar estudo e trabalho” (MORAES, 2017).

Diante as respostas da questão, nota-se como fator que pode contribuir para a evasão desses alunos era a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, pois passavam o dia inteiro desenvolvendo algum tipo de atividade e quando chega a noite não está mais com disposição para frequentar as aulas por estarem cansado e/ou com sono.

Na questão 4, “Você gosta da metodologia do (s) professor (s)? Por que?”, 100% dos entrevistados responderam que sim, justificando o motivo porque gostava da sua metodologia, sendo que 75% deles responderam que o professor explicava bem o conteúdo e de uma maneira que todos compreendia. Também 15% dos alunos afirmaram que o professor interagia com a classe e 10% não justificaram os motivos. A metodologia é algo particular de cada professor, como cita Teodoro

(2015):

Que numa dada circunstância escolar donde sua área de conhecimento, apresenta-se com uma postura de educador consciente e preparado, ele, passa abordar os conteúdos de maneira que os alunos se identifiquem neles, possibilita que os alunos saibam o que e para que estejam estudando, existe um esforço no sentido de despertar o interesse e o deslumbre dos alunos diante do ato de conhecer, entender, compreender, descobrir, enfim, de estudar, são elementos fundamentais que proporcionam uma realidade contrária ao problema de evasão e repetência (TEODORO, 2015).

Conforme o autor, quando o professor desenvolve uma metodologia diferente, leva para sala diversas ferramentas para auxiliar a aula, acaba atraindo a atenção do aluno e também faz com que ele perca o desinteresse em estudar, e que tenha motivos para ir à escola adquirir novos conhecimentos.

A questão 5, “Quais os motivos que podem fazer você abandonar o curso?”, explicitando que o quantitativo de 55% dos estudantes da 3ª etapa da EJA, no Ensino Médio não tinham motivos para deixar de estudar, enquanto os demais justificaram as causas que os levaria a tomar essa atitude. Dentre os motivos, 5% responderam que abandonaria os estudos por conta do trabalho, 10% caso tivessem algum problema de saúde, 10% por não ter professores suficientes para cada disciplina, 5% por motivo de viagem e 10% não responderam. No caso de mulheres grávidas, 5% abandonaria por não ter com deixar seu filho para ir à escola.

Certamente, por trás das frases ditas pelos alunos estavam presentes algumas das razões da evasão escolar, cujos motivos não eram particulares da escola pesquisada, mas que ocorre em diversas outras instituições que vivenciam a mesma realidade de abandono escolar. Na concepção de Moraes (2017), o entendimento sobre o processo da evasão torna-se um desafio, pois é preciso construir um novo pensamento a respeito da evasão a partir do contexto político, econômico, cultural e social, além de considerar as questões cognitivas, psicoemocionais e institucionais. Assim, são diversos os fatores que englobam tal problemática.

A sexta pergunta: “Quais os motivos que promovem o abandono do curso pelos outros alunos?”. Como podemos verificar, 40% dos participantes afirmaram que um dos fatores que levaram os seus colegas a desistência foi o desinteresse em estudar. As análises também divulgaram que 20% deixaram o curso por causa do trabalho, 15% por motivos pessoais, 10% por falta de professores, 10% não sabiam os motivos e 5% não responderam.

A falta de interesse do aluno traduzida na evasão escolar poderá ser uma maneira de mascarar sua incapacidade para se esforçar, mas em outras ocasiões não é assim. Acredita-se que aluno fazia um esforço ao perceber que os conteúdos da aprendizagem eram poucos atrativos, úteis, conectados com sua vida diária e atraentes o suficiente para que seu empenho fosse válido. Quando o aluno descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, pois sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando com a evasão (MORAES, 2017).

O aluno algumas vezes perde o interesse em estudar, não se esforça para ir à escola e tampouco quer aprender quando sabe que o professor irá ministrar aquela aula tradicional de sempre, sem nada de diferente para atrair sua atenção e fazer com que continue vindo as aulas. Vale lembrar que, essas pessoas já passaram o dia inteiro exercendo alguma atividade que as deixaram cansadas e ao chegar na escola querem aprender de uma maneira prática e dinâmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar a escola, seja por qual for o motivo que justifique isso, ele começa faltando um dia e continua assim até que deixa de frequentar a aula. Desse modo, a pesquisa partiu do objetivo de compreender os motivos que levam os alunos da Educação de Jovens e Adultos abandonar a escola e até mesmo o curso.

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário, onde os alunos investigados tinham a liberdade para descreverem suas justificativas de cada pergunta e posteriormente ser analisadas tais respostas. Com relação a leitura dos dados, podemos observar que muitos alunos preferiam cursar a modalidade EJA para facilitar sua inserção ao mercado de trabalho, assim como possibilitar que trabalhassem durante o dia e estudassem a noite, pois constatou-se que 75% dos estudantes trabalhavam.

A maioria dos alunos não pensavam em deixar de estudar, já que todos gostavam da metodologia do professor, sem nenhuma crítica, apenas elogios ao seu trabalho. Para tanto, diante das análises conclui-se que as principais causas da evasão dos alunos do Ensino Médio, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ocorreram por desinteresse dos estudantes e devido a rotina do trabalho, que os deixavam cansados a noite e sem nenhuma disposição para estudar.

A pesquisa não se esgota por aqui, mas poderá contribuir nas investigações que abordam sobre a temática. Em outras palavras, o estudo sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos representa um objeto amplo e interessante, especialmente no que se diz respeito a aceleração dos estudos e inserção dos sujeitos ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria. A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos e Sociais. **Educere- XIII Congresso nacional de educação**. Paraná, 2015. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em 18 de jul., de 2020.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Coleção Educadores, MEC - Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangan, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. PARECER CEB 11/2000. In: SOARES, Leôncio. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 14ª edição. Brasília, 2017.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a Atuação de Lourenço Filho (1947-1950): A arte da Guerra**, 2011.

FARIAS, Maria Jaidete. **O papel do aluno da Educação de Jovens e Adultos**. 2017. Disponível em:

<https://www.webartigos.com/artigos/o-perfil-do-aluno-da-educacao-de-jovens-e-adultos/34725>
. Acesso em 24 de jul., de 2020.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2010.

MORAES, Elizabeth de. **A problemática da evasão escolar na educação de jovens e adultos no ensino fundamental II**, 2017. Disponível em:

<https://www.semana7.com.br/noticia/4935/a-problematica-da-evasao-escolar-de-jovens-e-adult-os-no-ensino-fundamental-ii.html>. Acesso em 25 de jul., de 2020.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza A. A. **Educação de Jovens e Adultos: as contribuições de Paulo Freire**. Mato Grosso do Sul, 2014.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. (Monografia). Paranavaí/PR, 2013.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O Ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro: Algumas Discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, 2008, p. 169-189, UFPR. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>. Acesso em 10 de jul., 2020.

RYBCZYNSKI, Estanislau. **Mobral, o ensino da ditadura**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/9064/Mobral%252C%2Bo%2Bensino%2Bda%2Bditadura>. Acesso em 10 de jul., de 2020.

SANTOS, Maria Eridan da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Maria Alencar de; FREIRE, Cristiane Fátima Costa; BARBOSA, Zênia Regina dos Santos. **Formação e prática docente na educação de jovens e adultos**. Rio Grande do Norte, 2016.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. 2014. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html#_ftn2. Acesso em 15 de jul., de 2020.

SILVA, Hérica Fontes da. As causas da evasão escolar: Um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Itupiranga – Pará nos anos de 2013 e 2014. In: **Congresso Nacional de Educação**, 12, Paraná, 2015.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**, 2010.

VENTURA, Jaqueline; CARVALHO, Rosa Malena. Formação inicial de professores para a EJA. **Revista Lugares de Educação [RLE]**. Bananeiras/Paraíba, 2013.

* Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciada em Matemática e Pedagogia. Professora do Centro Universitário Uninassau/Aracaju, da Faculdade do Nordeste da Bahia e da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe. suelycss35@gmail.com

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciada e Bacharel em Geografia. Licenciada em Pedagogia. Professora Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe. sandreasilva@yahoo.com.br

*** Doutoranda e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão Ambiental. handresharochoa@gmail.com